

O FAZER-SE DA CLASSE PATRONAL

em Porto Alegre durante as grandes greves da
Primeira República*

CÉSAR AUGUSTO B. QUEIRÓS**

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar as estratégias utilizadas pela classe patronal de Porto Alegre durante as grandes greves nos embates com o movimento operário organizado e suas associações nas grandes greves da Primeira República. Pretendo demonstrar que este período proporcionou um processo de tomada de ações coletivas e de um verdadeiro fazer-se da classe patronal, que passou a atuar de modo organizado nas negociações com os trabalhadores grevistas.

Palavras-chave: Patronato, Greves, Movimento Operário

ABSTRACT

This paper aims to analyze the strategies employed by the Porto Alegre employer class during the First Republic strikes. I intend to show that this period provided a process of taking collective action and make a real up the employer class, which began operating in an organized manner in the negotiations with the striking workers.

Keywords: Employers, Strikes, Labor Movement

* Este artigo é parte do quarto capítulo de minha tese de doutoramento, apresentada na UFRGS em agosto de 2012, sob orientação de Benito B. Schmidt, e intitulada *"Estratégias e Identidades: as relações entre governo estadual, patronato e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)"*

** Doutor em História pela UFRGS e professor da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

E-mail: cesardequeiros@uol.com.br

Ao longo da Primeira República, os confrontos entre o patronato e a classe operária organizada foram uma constante. As greves se sucediam com velocidade e dinâmica espantosas e, por mais que houvesse repressão da parte da força pública, parecia que esses movimentos nunca se extinguiriam¹. O patronato porto-alegrense (e aqui nos referimos, em especial, aos proprietários de estabelecimentos industriais e manufatureiros), por sua vez, passou a adotar estratégias coletivas diante da erupção dessas mobilizações paredistas que teimavam em estourar na capital do estado do Rio Grande do Sul. Neste artigo, procurarei analisar as estratégias coletivas utilizadas pela classe patronal porto-alegrense para enfrentar o movimento operário organizado e suas associações durante as grandes greves da Primeira República. Darei ênfase à greve de 1919, visto que, durante esse movimento paredista, ao contrário das greves de 1917 e 1918, a maioria das reivindicações dos sindicatos classistas foi dirigida à classe patronal, transformando-a na principal interlocutora dos grevistas. Em 1917 e 1918, talvez em virtude da influência da carestia provocada pelo cenário internacional conturbado, as reivindicações foram dirigidas prioritariamente ao governo do Estado. Tratava-se de uma disputa entre interesses evidentemente incompatíveis, durante a qual os patrões foram, gradativamente, organizando-se como classe a fim de enfrentarem o repertório de ações coletivas do operariado, repertório esse informado por uma longa tradição militante, considerando que “os empregadores são um ator central nos conflitos do trabalho”, sendo, juntamente com o Estado, “o adversário e o interlocutor privilegiado dos grevistas”².

Inicialmente, devemos salientar que tanto a greve de 1917 quanto a de 1918 foram greves gerais³, deflagradas por associações operárias que reuniam diferentes sindicatos classistas e que reivindicavam a legitimidade de representar seus interesses diante de determinados interlocutores (Estado e patrões). Foram, portanto, movimentos mais unificados e homogêneos que a greve de 1919, a qual pode ser considerada uma greve “eruptiva” – retomando a expressão de Perrot –, na verdade uma sucessão de greves que se desencadeavam simultaneamente, sem uma coordenação conjunta. Tais movimentos ocorriam como erupções do magma em ebulição, difundindo-se como uma epidemia. Perrot denominou greves deste tipo de “eruptivas”, pois ocorrem como se estivessem “possuídas por uma força exterior, irresistível”⁴. E, de fato, as paralisações de 1919 se sucediam de modo quase que incontrolável: cada vitória de uma categoria impulsionava as reivindicações de outras e assim sucessivamente. Ou seja, as greves gerais dos anos anteriores irromperam a partir do chamamento de associações operárias que centralizavam e conduziam as ações coletivas de seus sindicatos associados. Na greve geral de 1917, foi criada a Liga de Defesa Popular (LDP), um comitê com a participação dos anarquistas e dos pedreiros sindicalistas, o qual, no decorrer do movimento paredista, converteu-se em uma espécie de centro diretor do movimento. Do mesmo modo, em 1918, a greve foi convocada por três associações operárias – FORGS, UGT e União Metalúrgica –, que representavam os interesses dos trabalhadores paredistas. Em 1919, como as exigências dos operários direcionavam-se diretamente ao patronato, sem a intermediação do Estado, o conflito de classes tornou-se mais agudo. A escalada dos movimentos ocorridos durante esse ano – em sua maioria, vitoriosos – fez

1 Sobre as greves nesse período, ver QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e Identidades: as relações entre governo estadual, patronato e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

2 SIROT, Stéphane. *La Grève em France: une histoire social. (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002, p. 201.

3 Greves gerais e greves generalizadas são, em sua essência, fenômenos diferentes. Silva Jr. afirma que “a expressão ‘greve geral’ é usada com alguma licenciosidade, não só pelos militantes, como pela própria historiografia, assimilando não só um fenômeno diferente, a ‘greve generalizada’, como também as greves que abarcam toda uma categoria mas apenas ela”, SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. “*Povo! Trabalhadores! : tumultos e movimento operário*”. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994, p. 268.

4 PERROT, Michelle. *Jeunesse de la Grève*. Paris: Seuil, 1984, p. 35-36. Tradução minha.

com que as mobilizações de setembro se radicalizassem. Durante o movimento paredista, o subchefe da polícia da 1ª região, Dr. Eurico Lustoza, mandou organizar uma estatística dos operários paralisados⁵, a qual discriminava o número de grevistas em cada uma das empresas pesquisadas. No quadro, observamos a grande quantidade de padarias que aderiram à greve, 14 estabelecimentos, totalizando 174 trabalhadores paralisados. Percebemos que algumas padarias possuíam mais de 20 operários parados: a Padaria Feliz, com 28; a Padaria Popular, com 22; e a Padaria Varsóvia, com 20. Outro ramo com significativa participação foi o têxtil, com um total de 866 operários em greve. Se somarmos os empregados do setor têxtil com os da Cia Força & Luz, temos um total de 65,94% dos operários acima relacionados. Devemos observar, contudo, que o quadro omite importantes categorias em greve, como os carpinteiros, sapateiros, alfaiates e operários do ramo metalúrgico, por exemplo. Segundo o *Correio do Povo*, cerca de 600 metalúrgicos teriam aderido ao movimento⁶, o que elevaria o número de grevistas para acima de 3000, demonstrando a força daquele movimento.

A partir de maio de 1919, movimentos grevistas rebentaram em muitos estabelecimentos da capital. Antes, em abril, eclodiu uma greve dos operários que trabalhavam nas obras do cais⁷. Esta durou até o início de julho, quando os patrões propuseram um aumento de 1\$000 para os operários da serralha e 5\$000 para os que trabalhavam no cais propriamente dito, e mais sete dias de salário a título de gratificação⁸. Em maio, trapicheiros e estivadores também aderiram à paralisação. Segundo *O Syndicalista*, em poucos dias, a categoria retornou vitoriosa ao trabalho⁹. No mesmo mês, o Sindicato de Resistência dos Alfaiates deflagrou uma greve geral da categoria¹⁰. A mobilização durou oito dias, até que os proprietários das alfaiatarias apreciassem uma nova tabela de preços elaborada pelo sindicato, que foi posteriormente atendido em suas reivindicações¹¹.

Ainda no mês de maio, o Sindicato Padeiral declarou-se em greve, postulando que fossem postos em liberdade os padeiros presos na greve anterior e que uma comissão de higiene fiscalizasse as padarias mensalmente¹². Também este sindicato foi bem-sucedido em suas reivindicações¹³. No final de julho, o Sindicato dos Operários em Calçados proclamou-se em greve, exigindo aumento de 25% nos ordenados e redução da jornada de trabalho¹⁴. De acordo com *O Syndicalista*, vários proprietários já teriam cedido às intenções dos grevistas, entre eles: Fábrica Castor, Sapataria Pontual, Casa Condor, A Pontualidade, Bota de Ouro, Jacinto Pandolpho, Botinha de Ouro, Sapataria Roma, Pedro Mansur, Theobaldo Klein, João Martineli, J. Buanove, Maximílio Ouriques, Arthur Hultsch, E. Lima e Cia., Gustavo Hartz, Frederico Strassburger, Avelino Freitas, Alcides Ignácio Moreira e Francisco Brino¹⁵.

Uma estratégia desenvolvida pelos proprietários de certos estabelecimentos com o objetivo de desestimular os operários a aderirem aos movimentos paredistas e de garantir a continuidade da produção era substituir os trabalhadores em greve. Segundo Sirot, durante as greves, “a necessidade de manter a produção, reduzida ou suspensa pela greve, se impõe.

5 Em minha tese de Doutorado já citada, transcrevo a tabela citada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/09/1919, p. 3.

6 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4.

7 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

8 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 3.

9 Idem.

10 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 4.

11 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

12 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 3.

13 *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 26/05/1919, p. 3.

14 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1919, p. 4.

15 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 3.

A maneira mais elementar e a mais direta consiste na contratação de novos trabalhadores¹⁶. E em 1919, esse foi um artifício bastante recorrente por parte do empresariado. A diretoria da Cia Força e Luz, por exemplo, “havia conseguido contratar vários maquinistas e foguistas licenciados da armada que aqui se achavam e que deram começo ao trabalho de aquecimento das caldeiras da usina”, contratando também em São Paulo “pessoal para trabalhar na sua usina, o qual [tinha] embarcado pela estrada de ferro com destino a essa capital¹⁷”. A mesma Companhia publicou uma série de anúncios nos quais oferecia empregos a maquinistas e foguistas interessados em substituir os grevistas¹⁸. A empresa, ainda, divulgou na imprensa e afixou o seguinte aviso nas suas portas:

Previne-se aos empregados desta companhia que, dentro do prazo suficiente para o conhecimento deste aviso, serão os mesmos considerados despedidos e substituídos caso não se apresentem para assumir os seus lugares¹⁹.

No ano anterior, quando ocorrera a interrupção do fornecimento de energia elétrica em virtude da paralisação dos operários que trabalhavam na usina da Cia Força & Luz²⁰, o presidente do Estado ordenou o restabelecimento do serviço, promovendo a ocupação militar do estabelecimento²¹ e enviando alguns homens que estavam recolhidos nas prisões do 1º e 3º distritos para substituírem os grevistas²². O socorro ao patronato por parte do Estado, ao convocar indivíduos reclusos para trabalharem no lugar de operários grevistas, foi recorrente em outros movimentos.

Outras empresas também vinham demitindo sistematicamente os empregados grevistas como, por exemplo, a Padaria Varsóvia, de propriedade de Carlos Tropowski, que já havia dispensado todos os seus funcionários – em número de 20, segundo o *Correio do Povo*, e de 40, segundo manifesto da União Maximalista²³ – e a sapataria de Mendelski que, “no afã de sua cólera divina despediu todos os seus empregados 40 homens²⁴”. A Companhia Telefônica (empresa Ganzo, Durruty & C) adotou a mesma postura e, no dia 4 de setembro, demitiu os 21 operários que se achavam parados, declarando encerrada a greve naquela empresa²⁵. A mesma companhia já havia demitido, no final de agosto, dois operários “por pertencerem ao sindicato daquela empresa²⁶”, e feito circular boletins informando que a empresa dispensaria mais quinze empregados “pelo mesmo motivo”²⁷. Em editorial escrito por Carlos Bonhomme e intitulado *Motivos justificados, resolução injusta*, o *Correio do Povo* criticou a decisão da Companhia de demitir os empregados, frisando a justeza de suas reclamações e os inconvenientes que tal atitude poderia provocar ao comércio e aos assinantes em geral²⁸.

16 SIROT, Op. Cit., 2002, p. 207.

17 *A Federação*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5. Ver: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

18 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 1.

19 *A Federação*, Porto Alegre, 06/09/1919, p. 5.

20 *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

21 *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6.

22 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

23 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/07/1919, p. 1 e *Ao Povo Sedento de Liberdade*. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre, 1919, p. 20.

24 *Ao Povo Sedento de Liberdade*. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre, 1919, p. 20.

25 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

26 *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1919, p. 3.

27 *Idem*.

28 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 1.

No movimento grevista de 1917, recorreu-se à idêntica estratégia. Mesmo que, nesta greve, o Estado tenha atuado no sentido de atender o que fora pleiteado pelos grevistas e propalado fazer a “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, os patrões não se mostraram propensos a repetir o “exemplo” fornecido pelo governo. Um exemplo disto é que, na fábrica de meias da Cia. Fabril Porto Alegrense, mandou-se “prevenir aos grevistas em suas residências que haviam sido dispensados de seus serviços na fábrica”²⁹ e, logo em seguida, foram contratados outros funcionários. Observamos que esta estratégia patronal de troca de empregados grevistas por outros trabalhadores podia carregar consigo o ônus de promover uma radicalização dos embates com o operariado, uma vez que tal atitude era moralmente rechaçada por não coadunar, na opinião dos militantes, com o repertório de “armas” de uma “greve limpa”. Deste modo, vimos, por exemplo, que, em virtude do aviso veiculado pela Cia. Força e Luz, houve o atentado à bomba na sede da companhia³⁰, enquanto que os operários admitidos para substituírem os grevistas na Cia. Fabril Porto Alegrense eram “constantemente ameaçados pelos grevistas que pretendem até proibi-los de trabalhar”³¹. Apesar disso, diversas outras empresas dispensaram sem nenhuma relutância os operários que quiseram aderir à greve. Entre eles, as dos srs. J. Ayres Friedrich, F. C. Kessler, Teichmann e Cia., Kessler e Vasconcelos e Walter Gerdau³².

A estratégia de demissão e substituição de operários em greve não se limitava, é claro, apenas ao patronato porto-alegrense. Em outras cidades do estado, lançou-se mão com frequência do mesmo recurso. Por exemplo: durante a greve dos estivadores, ocorrida no ano de 1919, na cidade de Pelotas, as autoridades “obrigaram uns infelizes presos a trabalharem a bordo dos navios em substituição dos estivadores que se acham em greve, reclamando as justas oito horas de trabalho e aumento de salário”³³. Isso também teria ocorrido em Rio Grande, na greve daquele ano, quando “os presos que se acham recolhidos no segundo posto fizeram o serviço de descarga de carvão para a Usina Elétrica”³⁴.

Outra estratégia do patronato diante das ações coletivas dos operários era recorrer ao Estado a fim de buscar apoio e garantia para a “liberdade de trabalho”. Por essa razão, a identificação feita pelos trabalhadores entre Estado e burguesia se torna compreensível. O primeiro foi, inúmeras vezes, convocado para intermediar as divergências de interesse existentes entre as duas classes. No entanto, “esta mediação dos conflitos entre patrões e operários pelo Estado jamais é desinteressada: sua primeira preocupação é a contenção da agitação”³⁵. Um exemplo do comportamento do patronato em solicitar auxílio do governo verifica-se no decorrer das greves de setembro de 1919, quando os proprietários e diretores de estabelecimentos cujos operários estavam paralisados dirigiram-se ao presidente do Estado a fim de mostrar-lhe a situação aflitiva pela qual passava a indústria local e solicitar-lhe providências. Dirigiram-lhe, ainda, um relatório com o objetivo de “lhe provar a situação precária em que ficaria a indústria se concedesse as exigências dos grevistas”³⁶.

29 *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917, p. 77.

30 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 10.

31 *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917, p. 21.

32 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

33 Aos Trabalhadores. Anexo 23. *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016, Porto Alegre: 1919.

34 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

35 SIROT, Op. Cit., 2002, p. 234.

36 A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: *ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*. Processo-Crime n.º 1.016, Porto Alegre, 1919.; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 5.

A despeito de a burguesia industrial ser, naquele momento, uma fração não-hegemônica da classe dominante no Rio Grande do Sul, a tomada de algumas posições no campo político passou a ser uma alternativa para fortalecer suas posições no âmbito econômico e proteger seus interesses. Ou seja, parecia ser insuficiente a esta elite usufruir o poder econômico, ela precisava também alcançar posições político-institucionais a fim de obter “os meios principais do exercício do poder, de adquirir e conservar riqueza, e de configurar as principais vantagens do prestígio”³⁷. Neste sentido, é necessário compreender os mecanismos que levaram esse privilegiado grupo econômico a fazer a passagem de um campo ao outro. Mills afirma que, normalmente, as mesmas pessoas que “[...] governam as grandes empresas, governam o aparelho do Estado e exigem as suas prerrogativas, [...] ocupam os postos de comando na estrutura social nos quais estão centrados agora os instrumentos efectivos do poder e a riqueza e a celebridade de que gozam”³⁸.

No caso de Porto Alegre na conjuntura aqui examinada, podemos notar que, muitas vezes, membros da elite econômica foram recrutados pelo partido então hegemônico – o PRR – para suas fileiras e empresários como Alberto Bins começaram a exercer um papel efetivo em termos de participação na política partidária. Bins foi eleito conselheiro municipal em 1908; representante na Assembleia Estadual em 1913, 1917, 1921 e 1926; vice-intendente em 1924 e intendente municipal em 1928³⁹. Teria sido conduzido à esfera política por intermédio do próprio Júlio de Castilhos⁴⁰. Em entrevista concedida a Erich Fausel, autor de uma biografia sua, Bins afirmava que a “firme convicção de ser um representante da classe produtora reg[ia] toda a sua atuação administrativa e política”⁴¹, o que corrobora o fato de que representantes da burguesia industrial passaram a aproximar-se – e participar – do Estado como forma de fazerem valer seus interesses econômicos. Outros exemplos dessa dinâmica: nas eleições municipais de 1920, José Sanguinetti, proprietário de uma fábrica de móveis, ficou entre os suplentes para o Conselho Municipal⁴² e, no pleito de 1924, Victor Adalberto Kessler⁴³, filho de Felix Christiano Kessler, sócio da fábrica de chapéus Kessler & Cia, elegeu-se conselheiro municipal com 7261 votos⁴⁴.

Como analisei em minha dissertação de mestrado⁴⁵, o governo do Rio Grande do Sul colocava-se como representante de toda a sociedade, considerando-se o impulsionador do desenvolvimento harmônico do Estado por contar com “o apoio estimulante de todas as classes sociais”⁴⁶. O PRR era um partido qualitativamente diferente dos demais existentes no país por não ser composto pela elite tradicional do Estado, contando com uma oposição forte e organizada⁴⁷. Em virtude disto, necessitou de um maior respaldo de outros setores sociais,

37 MILLS apud CORADINI, Odaci L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 195-217, 2007.

38 MILLS, C. W. *La Elite del Poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, p. 11-12.

39 PACHÉCO, Ricardo de Aguiar. *A Vaga Sombra do Poder: vida associativa e cultura política em Porto Alegre da década de 1920*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 125.

40 Segundo Pacheco, o pai de Alberto Bins era alfaiate de Júlio de Castilhos. Idem, p. 124. Em 1894, o próprio Castilhos havia tornado Alberto Bins major da Guarda Nacional. SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 48.

41 FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermond & Cia. Ltda., s/d, p. 12.

42 *A Federação*, Porto Alegre, 29/09/1920, p. 4.

43 Em 1918, Victor Adalberto Kessler havia sido eleito por unanimidade suplente da diretoria do Banco Nacional do Comércio em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/03/1918, p. 4.

44 *A Federação*, Porto Alegre, 03/10/1924, p. 3.

45 Publicada como QUEIRÓS, César Augusto B. *O Positivismo e a Questão Social no Rio Grande do Sul*. Guarapari: Editora Ex Libris, 2007.

46 MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1903, p. 8.

47 PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 15.

abrangendo demandas diversas e promovendo uma expansão de sua base social, incluindo a burguesia industrial e comercial. Tais segmentos foram incorporados “na estruturação de um partido político, para o qual era vital a composição com os capitais emergentes”⁴⁸. Com isto, grupos sociais emergentes, como o patronato comercial e industrial, passaram a ser cooptados pela estrutura do partido e, “como integrantes do aparato de hegemonia que sustentava o PRR, alguns empresários ocuparam cargos políticos de destaque no decorrer da República Velha”⁴⁹. Do mesmo modo, o próprio operariado também foi inserido nos quadros do PRR, bastando ver os casos de Francisco Xavier da Costa e Vígo Thompson Collin, que se tornaram conselheiros municipais. Segundo Pesavento, em Porto Alegre, maior centro industrial do estado, fazia-se notar nitidamente

a presença marcante dos empresários como conselheiros municipais: Alberto Bins e Victor Henrique Silva (fundição e metalúrgica), Antônio Chaves Barcellos Filho (lanifício e moinho), Simão Kappel, Edmundo Arnt e Francisco Herzog (móveis), Carlos Júlio Becker e H. de Barros Figueiredo Jr. (calçados), Frederico Linck e Ramiro Barcellos (charqueada), Frederico Dexheimer e Victor Alberto Kessler (beneficiamento de arroz), Felipe Schmitt e Frederico Trein (banha), José Bertaso (indústria gráfica), Eurípedes Mostardeiro (arroz e fiação e tecidos), Antônio Mostardeiro Filho (interesses ligados à fabricação de papel e papelão) e os já citados Luís Englert e Domingos Martins Pereira de Souza⁵⁰.

Na Assembleia dos Representantes do Estado, empresários de diferentes ramos, atuantes na capital, também ocuparam o cargo de deputado pelo PRR. Alguns exemplos: Possidônio Mâncio da Cunha Jr., ligado à Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e com participação em várias empresas do estado, como, por exemplo, a Fiat Lux; o já referido Alberto Bins, da Metalúrgica Berta; Antônio Soares de Barcellos, proprietário de fábrica de acolchoados e um dos diretores da Fiat Lux; Antônio Chaves Barcellos Filho, do Lanifício São Pedro e da casa comercial Chaves & Almeida; Manoel Py, da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense; Eurípedes Mostardeiro⁵¹, cuja família era incorporadora da Fiategi⁵², entre outros⁵³. Observe, pois, a tentativa da burguesia porto-alegrense de se fazer representar politicamente por meio da participação nos assentos legislativos – tanto municipais quanto estaduais⁵⁴. Com isso, por estarem próximos ao Estado, esses empresários podiam dispor de forma mais “garantida” do apoio daquele quando seus empregados se declaravam em greve. Outras medidas

48 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho* (RS, 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 238.

49 Idem, p. 239.

50 Ibidem, p. 241.

51 Eurípedes Mostardeiro nasceu em Rio Grande em 1867. Era proprietário de três plantações de arroz que ocupavam uma área total de 500 hectares e produziam anualmente 15.000 sacos. Em Cachoeira, possuía sociedade com a firma Aydos Neves & Cia., com moinhos para beneficiar arroz. Os sócios desta firma eram os srs. João Aydos, Frederico Descheimer e Isidoro Neves. Fundou a firma Pedro Pereira & Cia, em 1902, para comercializar armarinhos e modas. LLOYD'S, Reginald (Edit.). *Impressões do Brasil no Século Vinte: sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos. Rio de Janeiro*: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltda, 1913, p. 826.

52 Como era chamada a Companhia Fiação e Tecidos de Porto Alegre, fundada em 1891.

53 PESAVENTO, Op. Cit., 1988. p. 239-240.

54 Devemos considerar, contudo, os limites de atuação dos membros da Assembleia dos Representantes do estado em virtude da profunda centralização política que caracterizava a constituição de 1891. Analisei esta questão em: QUEIRÓS, Op. Cit., 2007.

empregadas pelo patronato diante das greves aqui examinadas foram a tomada conjunta de decisões e o *lockout*, conforme veremos a partir de agora.

No começo de agosto de 1919, foi a vez dos marceneiros, carpinteiros e classes anexas entrarem em greve. Este movimento – o primeiro da categoria em Porto Alegre – durou doze dias e resultou na vitória dos trabalhadores⁵⁵, que conseguiram não só a redução da jornada de trabalho para oito horas bem como o aumento de 3\$000 em seus salários⁵⁶. Contudo, durante a greve, já se observa a tentativa dos patrões de negociarem coletivamente com os empregados. No momento em que os operários da fábrica de móveis Arnt, Depperman & Cia.⁵⁷ solicitaram junto ao tenente-coronel Edmundo Arnt, sócio da empresa, a adoção da jornada de oito horas e o aumento de salário de 25%, este lhes declarou que “antes de dar uma resposta iria convocar uma reunião com os demais colegas a fim de que, em comum acordo, os proprietários de fábrica de móveis resolvessem sobre o assunto”⁵⁸. Assim, em reunião da classe patronal ocorrida no salão nobre do clube Grêmio Náutico União, os proprietários de marcenarias enviaram a seguinte proposta aos operários:

Horário – o horário oficial será de oito horas por dia. Toda vez que em uma oficina houver trabalho fora do horário, ‘o operário por dia’ perceberá neste caso o correspondente por hora de trabalho, sobre sua diária.

Aumento – O aumento de salário para o ‘empregado por dia’ consiste na diminuição do horário e para os operários em peça aumentar-se-á o preço de todos os serviços na proporção de menos para os já bem pagos, e mais para os atualmente mal pagos, não podendo este aumento ser inferior nunca a 5% e mais do que 15%, a juízo dos patrões⁵⁹.

As propostas foram rejeitadas pelo sindicato que, agradecendo a “esmola”, decidiu pela continuidade da greve, em função de que aquelas “não estavam de acordo com as resoluções tomadas pelos operários”⁶⁰. Em suas Memórias, Friedrich Kniestedt, um dos principais dirigentes da FORGS no período e membro do Sindicato dos Marceneiros, relata a respeito da greve: “depois de uma semana quase todas as marcenarias tinham concordado [com a redução da jornada de trabalho para oito horas], depois de duas semanas quase todas as serrarias, e mais uma semana depois também a grande fábrica de cadeiras e móveis de Gerdau concordou.”⁶¹. Entretanto, as exigências foram atendidas parcialmente e os marceneiros tiveram de se contentar com as propostas dos patrões. No caso dos carpinteiros, ocorreu uma situação semelhante: alguns proprietários reuniram-se na Carpintaria Sommer

55 *O Sindicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 3. Sobre este movimento, Friedrich Kniestedt – que era tesoureiro do referido Sindicato – menciona que os trabalhadores em madeira tinham entrado em greve em solidariedade aos trabalhadores da indústria metalúrgica que reclamavam por uma jornada de oito horas de trabalho. GERTZ, René. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989, p. 127.

56 RELATÓRIO do Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Lustosa, Porto Alegre, 1920, p. 355-357 (BPERS).

57 Fundada por Simon Kappel e Edmundo Arnt em 1869, passou a chamar-se Arnt, Depperman & Cia. após a saída do sócio João Kappel Sobrinho, filho de Simon Kappel.

58 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/08/1919, p. 4.

59 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4. Segundo Pesavento, “a remuneração por peça atuava como um estímulo para trabalhar mais e obter um maior salário, o que redundava, na prática, em dilatação da jornada de trabalho”. PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 52.

60 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4. O Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas distribuiu um boletim intitulado *Aos trabalhadores e ao Povo em geral* no qual justificava a recusa da oferta dos proprietários de fábricas e oficinas. *Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral*. Anexo 21. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1917.

61 GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 127.

(de propriedade de Roberto Sommer e sita à Rua Ernesto Alves, 71) e “resolveram conceder aos operários 8 horas de trabalho, 10% sobre os salários e a garantia das ferramentas em caso de incêndio”⁶².

Apesar disto, o sindicato recusou a proposta dos patrões e optou pela continuidade da greve até que todas as exigências cabalmente fossem aceitas: “Em vista desta resposta, os proprietários uniram-se e resolveram sustentar suas decisões e acordaram abrir as oficinas a fim de serem admitidos ao serviço todos os operários que queiram retornar ao trabalho. Ficou resolvido, também, que no caso de não comparecimento dos operários, as carpintarias fechassem, por tempo indeterminado”⁶³.

Esta decisão dos proprietários de carpintarias de Porto Alegre caracteriza um *lockout*, recurso de pressão com potencial de coagir os trabalhadores a voltarem ao serviço, sinalizando uma verdadeira “queda de braço” entre patrões e empregados: quem teria condições de resistir por mais tempo? Os patrões respondem à greve operária com uma greve patronal⁶⁴. De forma semelhante aos boicotes organizados pelos operários, o *lockout* também se constitui em uma técnica de pressão, nesse caso exercida pelos patrões, que se baseia na abstenção do trabalho através do fechamento dos estabelecimentos. Esse recurso pode ser definido como a recusa por parte dos patrões em ceder aos trabalhadores os instrumentos de trabalho necessários para a sua atividade e “é usado, na maior parte das vezes, como reação por parte dos empresários contra indicativos de greve”⁶⁵. Sirot o considera um “método de resistência radical”⁶⁶ empregado por “alguns patrões combativos ou bem organizados [...] como uma resposta, quase imediata, destinada a mostrar a sua vontade de resistir e, assim, colocar um fim rápido ao conflito”⁶⁷. Segundo Treu, o *lockout* pode ser defensivo ou ofensivo, sendo que o objetivo comum a ambas as formas é pôr o empresário numa posição mais vantajosa em relação aos trabalhadores envolvidos na disputa⁶⁸.

O emprego de tal estratégia também pode ser observado em outras ocasiões: na greve dos tecelões e chapeleiros do mesmo ano, por exemplo, os proprietários das fábricas Companhia Têxtil Rio-Grandense, Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Companhia Fabril Porto-Alegrense, A. J. Renner & Cia, F. C. Kessler, Eduardo Sommer e Oscar Teichmann deliberaram “fazer cessar o funcionamento” das fábricas⁶⁹. Todavia, no período aqui estudado, as ameaças de *lockout* foram mais comuns do que a sua aplicação. Enfim, as principais estratégias usadas pelos patrões durante as greves aqui estudadas, em especial na de 1919 (quando as reivindicações operárias dirigiram-se, sobretudo, a eles), foram a substituição dos operários grevistas, a ameaça ou a efetivação de *lockouts*, o apelo à intervenção do Poder Público (fortalecida pela participação de empresários no campo político) e a negociação coletiva dos patrões. Tais métodos sinalizam que, no processo de enfrentamento com os trabalhadores, também o patronato estava constituindo-se como classe e organizando-se.

Em face de tamanha pressão derivada da ação organizada dos trabalhadores e suas associações classistas, tornou-se necessário, da parte do patronato, a adoção de um conjunto de estratégias coletivas. No início do século XX, os industriais ainda não estavam constituídos

62 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4.

63 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4.

64 SIROT, Op. Cit., 2002, p. 210.

65 TREU, Tiziano. Lock-Out. In: BÓBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 731.

66 SIROT, Op. Cit., 2002, p. 210.

67 SIROT, Op. Cit., 2002, p. 211.

68 Idem, p. 732

69 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

em uma entidade classista “como acontecia com os comerciantes, que desde 1858 já possuíam a Associação Comercial, ou os criadores, que haviam fundado em 1912 a União dos Criadores”⁷⁰. Apesar de desprovidos de uma instituição própria, os industriais congregavam-se nas entidades associativas dos comerciantes, entre as quais se destacava a Praça de Comércio de Porto Alegre. Isso se justifica quando se considera que os interesses de ambas as frações não agrárias da burguesia — ou seja, comerciantes e industriais — apresentavam, ao menos naquele momento, mais complementaridades do que divergências.

Durante a greve geral de 1906 – a “Greve dos 21 dias” –, a fim de defender os interesses da classe patronal frente à pressão dos operários, ocorreu uma tentativa de associação da classe com o intuito de formar uma entidade específica. A iniciativa capitaneada por Alberto Bins defendia a criação de uma organização dos empresários que os habilitasse a adotarem ações conjuntas no confronto com os trabalhadores paredistas. Para Bins, os industrialistas “precisavam ter um órgão legítimo e autorizado, que cuide de tudo quanto lhes diz respeito e que se entenda diretamente com os poderes públicos”⁷¹. É sintomático observar que esta primeira iniciativa do patronato de constituir uma entidade de classe coincidiu com a fundação da FORGS, evidenciando a dialética que preside a formação das duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Schmidt salienta que “assim como a classe operária porto-alegrense procurava cristalizar a sua identidade em uma associação – a FORGS –, a burguesia local também buscou institucionalizar a comunhão de seus interesses”⁷².

Em uma reunião dos proprietários de diversas fábricas de Porto Alegre ocorrida no Clube Caxeiral, esses concordaram com a iniciativa e acordaram em propor aos operários o estabelecimento da média de nove horas de trabalho, entre outras deliberações, como a de solicitar que as autoridades policiais garantissem a liberdade daqueles que desejassem trabalhar⁷³. A nova entidade se denominaria União Industrial e a comissão destinada a elaborar seus estatutos compôs-se de modo a contemplar os diferentes ramos da indústria: Alberto Bins (ferros), Víctor Barreto (calçados), Francisco Herzog (madeiras), Otto Fenselau (tecidos) e Neugebauer (doces). Participariam da associação grandes e pequenos industriais, contribuindo cada um de acordo com o tamanho do seu estabelecimento⁷⁴.

Em outra reunião do patronato, ainda durante a greve de 1906, desta vez no salão da Usina Elétrica, Alberto Bins apresentou a proposta de um representante dos operários, que havia lhe sugerido que, se os proprietários reduzissem a jornada de trabalho para 8 ½ horas, os grevistas voltariam ao trabalho, advogando logo a seguir que a jornada fosse modificada para 8 ¾ horas⁷⁵. Tal proposta, aparentemente pouco atrativa para o operariado, pode ser compreendida se observarmos que a greve significa muito mais do que uma disputa meramente econômica, por salários, pois representa a possibilidade de resgate da honra e da dignidade dos trabalhadores, fazendo com que esses se sintam importantes. Um exemplo, embora bastante posterior, parece corroborar essa interpretação: em depoimento colhido no decorrer

70 MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 424, 1991.

71 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/10/1906, p. 5.

72 SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores*: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 53.

73 Esta exposição está baseada, principalmente, nos números do periódico *O Independente* publicados entre os dias 4 e 21 de outubro de 1906.

74 PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 245.

75 O representante operário que trouxe esta proposta aos industrialistas foi, segundo Schmidt, Francisco Xavier da Costa, que “tentando garantir a sua posição de efetivo negociador – ainda apresentou a contraproposta de uma jornada de 8 horas e três quartos, a qual, segundo ele, caso fosse aprovada, seria aceita por todos os trabalhadores, que imediatamente voltariam às fábricas e oficinas”. SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 67.

de uma greve dos operários metalúrgicos em São Paulo, Frederico, um operário, afirmou que a greve é “[...] mais pela honra do cara do que pelo aumento”⁷⁶. Voltando ao contexto aqui em estudo, esta diferença de quinze minutos sugerida pelo líder operário pode ser encarada, então, muito mais como uma tentativa de resguardar o orgulho dos trabalhadores, para que esses não tivessem que acatar a proposta dos patrões, ferindo a dignidade do grupo. A greve havia se tornado uma questão de princípios, colocando em xeque a posição de liderança tanto de Francisco Xavier da Costa quanto de Alberto Bins⁷⁷.

Bins informou-lhe, então, que teria de apresentar a proposta a seus colegas, porém votaria contra. Encaminhada a proposta aos proprietários, essa foi rechaçada por ser vista como um aviltamento⁷⁸. Os empresários acabaram acatando a sugestão de Bins e rejeitando “por unanimidade, a proposta, alegando que essa concessão seria humilhante aos industrialistas que argumentavam já terem sofrido inúmeras ofensas por grosserias ditas pelos grevistas em comícios e panfletos”⁷⁹. Nesta reunião, ficou combinado também que a discussão acerca da criação da União Industrial só seria retomada após o término da greve, quando chegasse do Rio de Janeiro o modelo de um estatuto de uma associação similar.

A respeito da atitude dos patrões nesta “parede”, Bilhão ressalta que, apesar das evidências estampadas nos jornais, “o grupo dos industrialistas e construtores já não se encontra[va] tão coeso”, pois, contrariando o convênio firmado em reuniões anteriores, alguns construtores acataram a reivindicação de oito horas diárias de trabalho⁸⁰. Da mesma forma, outros industrialistas também estabeleceram acordos em separado com seus funcionários, o que evidencia tensões e divergências nas estratégias dos patrões. Nicolau Rocco, da Confeitaria Rocco, foi mais além: além de conceder as oito horas a seus funcionários, abriu uma subscrição para auxiliar os grevistas, tendo doado 100 mil réis!⁸¹ Em 1906, a possibilidade de se fundar uma agremiação capaz de congregar os interesses do patronato porto-alegrense foi aventada como uma resposta à crescente organização dos operários. Em 1919, tornou-se necessário, novamente, apelar para a união da classe patronal com a finalidade precípua de enfrentar o ascenso mobilizatório dos trabalhadores da capital que vinham deflagrando ininterruptas greves, as quais proporcionavam ganhos aos operários.

No mês de julho, o Sindicato dos Metalúrgicos declarou-se em greve exigindo oito horas de trabalho e aumento de salário. As comissões de operários encarregadas de negociar com os patrões informaram que os srs. Mabilde & Cia., Edgar Booth⁸² e Francisco Clausen haviam acedido em adotar o horário proposto. Quanto às demais oficinas, embora tivessem sido entregues ofícios aos seus proprietários, as respostas ainda estavam sendo aguardadas⁸³. Ou seja, os patrões estavam sendo pressionados e muitos acabavam por ceder às exigências do operariado. Nesta direção, o jornal *Correio do Povo* noticiou que algumas empresas haviam resolvido “adotar, em seus estabelecimentos, a jornada de 8 horas, conforme solicitavam os

76 Trecho de depoimento colhido em uma das greves dos anos 1978-1980. ABRAMO, L. W. Greve metalúrgica em S. Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: CARDOSO, Ruth Correa et al. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 214.

77 SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 67.

78 Esta exposição está baseada, principalmente, nos números do periódico *O Independente* publicados entre os dias 4 e 21 de outubro de 1906.

79 BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: UEL, 2008, p. 53.

80 Idem, p. 54.

81 SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 62.

82 Uma curiosidade: Edgar Booth foi o autor do primeiro gol em Grenais. Além disso, foi “o pivô da primeira briga em gre-nais”. BUENO, Eduardo. *Grêmio: nada pode ser maior*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 86.

83 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4.

operários⁸⁴.

Apesar de alguns empregadores terem atendido ao que fora pleiteado pelos metalúrgicos, em reunião dos proprietários de estabelecimentos desta natureza, ficou decidido, segundo proposição do major Alberto Bins (que parece ser, ao longo da Primeira República, o grande articulador da classe patronal porto-alegrense), que eles não iriam ceder às reivindicações, argumentando que tramitava no Congresso Nacional uma lei que regulamentava a jornada de trabalho em oito horas e, se eles adotassem a redução de jornada, ficariam prejudicados pela concorrência, o que também prejudicaria os próprios operários em função da diminuição do movimento nos estabelecimentos⁸⁵.

Durante esta reunião, os proprietários das metalúrgicas encontravam-se divididos e defendiam propostas opostas. Enquanto Joaquim Alcaraz sugeria que os patrões “acessem ao pedido dos operários, concedendo-lhes a jornada de trabalho de 8 horas”, Alberto Bins sustentava que se deveria aguardar a aprovação da referida lei que tramitava no Congresso. O último alegava que, caso se adotasse a redução da jornada de trabalho nas indústrias da cidade, tal medida “colocaria os estabelecimentos metalúrgicos desta capital em condição de inferioridade em relação a estabelecimentos de localidades próximas onde vigoram horários de 9, 10 e até mais horas de trabalho”⁸⁶. *O Syndicalista*, ao comentar tal encontro, ironizou Alberto Bins, por esse ter reunido a “congregação abissínica” e falado “pesadamente, prussianamente”, contra os “malandros que fizeram o desaforo de se declarar em greve”⁸⁷. Mesmo os patrões que concordaram em atender a reivindicação do sindicato foram criticados pelo jornal, uma vez que esses – chamados de “cérebros de lama” – “resolveram estabelecer as 8 horas mas não assinam nem reconhecem o Comitê nem a greve, como se fossem deuses ou homens de palavra”⁸⁸. Provavelmente, esta crítica dos operários se devia ao fato de que, em anos anteriores, alguns proprietários também concordaram com a jornada de oito horas e, logo depois, retomaram as jornadas mais longas⁸⁹.

Quando a greve se generalizou, no final de agosto, os patrões vinham atuando de modo atomizado, o que lhes colocava em uma situação de vulnerabilidade diante de seus funcionários, tornando-os “reféns” de suas exigências. Segundo Mertz, “o fato de os industriais não se encontrarem arrematados em um órgão de classe [...] contribuiu para que optassem por uma atuação individual, ou seja, a [sic] nível de empresa”⁹⁰. Como reportado, durante a greve dos metalúrgicos, Alberto Bins tentou sem sucesso unificar a posição dos proprietários a fim de que ninguém atendesse às demandas dos operários. Porém, no início de setembro, quando as greves estouravam de maneira bastante rápida, os patrões realizaram uma reunião no Clube do Comércio. A essa compareceram os proprietários e diretores dos seguintes estabelecimentos: “Força e Luz Porto-Alegrense, Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Têxteis Sul-Brasileira, Fabril Porto-Alegrense, Moinho Rio-Grandense, Eduardo Sommer, Oscar Teichmann, Moinho Rio-Grandense, Rodolpho Traptow, Serraria Garibaldi, Becker & Cia., Bopp & Irmãos, B.

84 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/08/1919, p. 3.

85 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4 e 23/07/1919, p. 4.

86 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/09/1919, p. 3.

87 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 3.

88 *Grevistas invencíveis cada vez mais conscientes*. Aos metalúrgicos e aos operários em geral, Porto Alegre, 16/08/1919. Anexo 17. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre: 1919.

89 Bilhão, por exemplo, enfatiza que, durante a greve geral de 1906, alguns comerciantes que chegaram a “efetuar um acordo com os funcionários pelo qual as portas deveriam ser fechadas às 20 horas” romperam com seu compromisso e continuaram a fechar seus estabelecimentos no horário habitual, 21 horas. Em virtude disto, teriam recebido estrondosas vaias de trabalhadores. BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre, 1906-1911*, Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999, p. 54.

90 MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 424, 1991.

Sassen, Ritter & Cia., Tertuliano G. Borges e outros representantes⁹¹.

Neste encontro, estabeleceu-se a resolução de que os empresários não fariam nenhuma concessão aos grevistas e foi deliberada, por unanimidade de votos, a atuação em comum acordo. Decidiu-se ainda realizar uma grande reunião da classe “a fim de serem tomadas as deliberações definitivas”⁹². Alguns dias depois, o jornal *A Federação* noticiou que “os industriais e comerciantes desta praça, proprietários de estabelecimentos cujo pessoal se acha em greve, resolveram não realizar nova reunião conforme tinham combinado, visto se acharem todos dispostos a não aceder às pretensões dos operários em greve”⁹³. Tal postura dos patrões porto-alegrenses divergiu da adotada no mesmo ano por seus congêneres paulistanos durante a greve geral ocorrida no mês de maio naquela cidade, quando os proprietários negociaram diretamente com seus operários, não adotando uma posição conjunta como na capital gaúcha. Lá, alguns operários “saíram vencidos totalmente, outros parcialmente e alguns vencedores”⁹⁴. Isto porque a simples posição de classe – propriedade dos meios de produção – não implica necessariamente determinada ação política classista. Como vimos, no caso de Porto Alegre, ao contrário da capital paulista, a ideia de se organizar a classe patronal já vinha de, pelo menos, 1906.

Percebe-se, também, no processo analisado, uma nítida influência da questão étnica na organização da classe patronal porto-alegrense. Como observamos na primeira parte deste artigo, o patronato da capital era composto por significativo número de teuto-descendentes ou mesmo de imigrantes alemães, fazendo com que as identidades étnicas e de classe se mesclassem entre o empresariado porto-alegrense. Anteriormente, durante a greve de 1906, a conformação étnica desse patronato já havia sido determinante para os rumos do movimento. Bak, ao tratar de tal aspecto, destaca que, em 1906, “a etnicidade compartilhada [dos proprietários] era algo em comum que inicialmente permitiu que os empresários de origem alemã se movimentassem com respostas individuais, dadas aos trabalhadores em um estabelecimento, para respostas coletivas de um empresariado unido, direcionadas a todo o movimento grevista”⁹⁵. Conforme observamos antes, o mesmo ocorreu em 1919, quando o componente étnico reforçou a identidade de classe. A composição étnica do patronato local – com muitos teuto-descendentes – e os laços econômicos e pessoais estabelecidos entre eles reforçaram um sentimento de unidade, de coesão.

Ao longo deste período, observamos o que poderíamos chamar de “fazer-se” da classe patronal, que acabou por sair de uma situação de atomização, vulnerabilidade e fragilidade diante das agitações operárias para perfilhar uma postura coletiva e organizada, o que acarretava no seu fortalecimento nesse enfrentamento, resultando, muitas vezes, em um esvaziamento das greves. Segundo Pesavento, uma “ação coletiva implica um processo de maior amadurecimento da classe”⁹⁶. Para a autora, “o processo de amadurecimento e de autoidentificação de uma classe é lento e complexo. No caso do empresariado industrial gaúcho, ele dependeu tanto da consolidação de condições objetivas que lhe deram nascimento – a emergência da fábrica no seio de uma sociedade agrária – quanto da conjuntura política que assistiu à sua estruturação enquanto fração de classe”⁹⁷.

91 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 6.

92 Idem.

93 *A Federação*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

94 RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: pesquisa histórica (1906/1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Arte Moderna, 1975, p. 213.

95 BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 4, p. 181-224, 2003, p. 36.

96 PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 15.

97 Idem, p. 238.

Para Thompson, é equivocado supor que a classe seja uma coisa, “tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente”⁹⁸. Ela se constitui, se forma através da experiência. As classes

não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe⁹⁹.

Deste modo, é crível supor que o patronato porto-alegrense, no processo de defesa de seus interesses e buscando manter sua dominação, passasse a se descobrir como classe, optando pela adoção de estratégias coletivas de enfrentamento. Para o autor, classe¹⁰⁰

“é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. [...] Mas classe, mesmo, não é coisa, é um acontecimento¹⁰¹.”

A experiência social compartilhada durante a onda de reivindicações operárias ocorrida, especialmente entre 1917 e 1919, pelo patronato porto-alegrense levou a uma tomada de consciência de que, para a conservação de seu *status quo*, seria necessária a adoção de medidas de cunho coletivo. Assim, a despeito de Bourdieu afirmar que as estratégias de conservação/sucessão dos grupos dominantes partem do princípio de que não há a formação de um grupo constituído coletivamente, mas sim, práticas concorrenciais¹⁰², nesse momento, a burguesia da capital quebrou seu isolamento e buscou um enfrentamento coletivo, com tomadas de posições classistas (a despeito de alguns empregadores haverem descumprido as combinações).

98 THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

99 THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001, p. 274.

100 Bourdieu, analisando a formação das classes, compartilha da concepção de Thompson ao afirmar que “[...] o erro maior, o erro teoricista encontrado em Marx, consistiria em tratar as classes no papel como classes reais”. Para ele, “os grupos – as classes sociais, por exemplo – estão por fazer-se. Não estão dados na ‘realidade social’. Deve-se tomar ao pé da letra o título do famoso livro de E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*; a classe operária tal qual ela hoje pode aparecer para nós, através da palavra para designá-la – ‘classe operária’, ‘proletariado’, ‘trabalhadores’, ‘movimento operário’, etc. –, através das organizações que supostamente a exprimem – as siglas, os escritórios, os secretariados, as bandeiras, etc –, é um artefato histórico bem-fundado”. BOURDIEU, Op. Cit., 2001, p. 156.

101 THOMPSON, E. P.. *Folclore, antropologia e história social*. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, p. 169.

102 BOURDIEU, Pierre. *A Greve e a ação política*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 201.

No caso aqui analisado, a ação intransigente adotada de modo coletivo pelo patronato a fim de enfrentar os grevistas surtiu efeito, visto que, em 1919, a paralisação terminou sem que a maioria das categorias envolvidas no movimento tivesse sido bem-sucedida em suas reivindicações. A posição dos patrões, enrobustecida pela ação do governo do Estado – que repreendeu severamente o movimento –, foi vitoriosa e conseguiu debilitar a organização operária. 1919 foi, enfim, o crepúsculo das grandes greves da Primeira República.

No dia 15 de setembro, a *Gazeta do Povo* dava como “conjurada” a greve e questionava: “qual foi o proveito advindo para as classes trabalhadoras resultante desse movimento?”¹⁰³. Como vimos, o periódico atribuía a culpa pela greve aos conselhos dos “espíritos obcecados com a leitura de panfletos rubros”¹⁰⁴. Ainda houve uma tentativa de realizar um novo *meeting* na praça Conde de Porto Alegre que, contudo, acabou sendo proibido pela polícia¹⁰⁵. Era o final melancólico de um movimento que se iniciara vigoroso.

Apenas a partir da segunda metade da década de 1920, novamente com a liderança de Alberto Bins, os industriais, reunidos na Associação Comercial de Porto Alegre, passaram a (re)discutir a formação de uma entidade própria. A fundação de uma associação representativa dos industriais gaúchos efetivou-se somente em novembro de 1930, com a criação do Centro de Indústrias Fabris do Rio Grande do Sul (Cinfa), uma consequência direta dos eventos relacionados à chamada Revolução de 30 e ao isolamento ao qual o Estado foi submetido naquele contexto, e da necessidade da classe de organizar-se, mais uma vez, para enfrentar e controlar a chamada “questão social”¹⁰⁶.

A greve aqui examinada acabara. A união dos patrões, apoiados pelo governo, dobrou a resistência dos sindicatos operários, e suas lideranças – denominadas pela grande imprensa como “aves de arrição” – sofreram um abalo em sua credibilidade. Os “traços infernais”, bem como seus “ideais macabros”, haviam sido derrotados – ao menos naquele momento...

No repertório de estratégias do patronato porto-alegrense acionado ao longo dos movimentos paredistas estudados neste artigo, observamos a insistência na demissão de operários grevistas e em recorrer ao Estado para proteger seus interesses contra a ação organizada dos trabalhadores. A postura do patronato foi marcada pela tentativa de responder às ações dos operários, que protagonizavam, de forma coletiva e associativa, protestos e reivindicações, os quais ameaçavam a tranquilidade da ordem burguesa. Assim, a reação patronal era marcada pela repressão, pela coerção e pela “sedução” para que os grevistas retomassem o trabalho (e para que outros empregados não aderissem a tais mobilizações). Demissões e *lockouts* eram comuns no sentido de procurar fazer as greves fracassarem. Todavia, apesar disso, a ação coletiva dos trabalhadores obteve êxito em certas ocasiões, levando os patrões a buscarem uma postura associativa, coletiva. Ou seja, a mobilização dos trabalhadores da capital engendrou um “fazer-se” da classe patronal, uma tentativa de organização dessa classe para defender seus interesses perante as organizações operárias. Nesse processo, ao adotarem ações coletivas e unificadas contra as paredes, os patrões, embora não tenham criado uma associação formal, constituíram-se e se fortaleceram enquanto classe. Tal união, por mais que só tenha se efetivado de forma mais acabada em termos institucionais na década seguinte, foi decisiva para que as greves generalizadas de 1919 acabassem em fracasso para o operariado.

103 *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

104 *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

105 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1919, p. 5.

106 PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 252.

No plano simbólico, verificamos que, se em determinados discursos, os padrões eram vistos como vampiros ou parasitas, em outros, eram exaltados como os grandes artífices da civilização, pioneiros de todo o progresso. Tal disputa de representações era ostensivamente travada através de diferentes veículos de imprensa que, de acordo com suas concepções de mundo, veiculavam imagens opostas acerca do patronato porto-alegrense.

Recebido em 2 de junho de 2013, aprovado em 2 de agosto de 2013